

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p313>

# Introdução a *Anthropology and the Colonial Encounter*

Talal Asad

Tradução: Bruno Reinhardt

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

*E-mail:* [bmreinhardt@gmail.com](mailto:bmreinhardt@gmail.com)

## Resumo

Este texto é uma tradução para o português da introdução escrita pelo antropólogo Talal Asad para o volume editado *Anthropology and the Colonial Encounter*, publicado em 1973. Asad reflete sobre a história da antropologia britânica como teoria e campo profissional e aponta para a influência de processos geopolíticos mais amplos, como a colonização e a descolonização, sobre ambos. Evitando posturas que reduzem a antropologia à mera ideologia imperial, assim como defesas conservadoras de sua neutralidade axiológica, Asad defende de forma pioneira a absorção reflexiva do próprio colonialismo como tema de problematização antropológica.

**Palavras-chave:** Antropologia. Colonialismo. Poder. Alteridade.

## Abstract

*This is the Portuguese translation of Talal Asad's introduction to the edited volume *Anthropology and the Colonial Encounter*, published in 1973. Asad reflects on the history of British anthropology as theory and professional field, discussing the influence of broader geopolitical processes, such as colonization and decolonization, on both. Avoiding the reduction of anthropology to imperial ideology as well as conservative defenses of its axiological neutrality, Asad proposes the reflexive absorption of colonialism itself as a topic for anthropological problematization.*

**Keywords:** *Anthropology. Colonialism. Power. Alterity.*

A antropologia funcional britânica começou a emergir como uma disciplina específica logo após a Primeira Guerra Mundial, por meio dos esforços de Malinowski e Radcliffe-Brown. Mas foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que seu estatuto acadêmico se estabeleceu nas universidades. Em comparação com as duas décadas que antecederam à Segunda Guerra, nota-se um enorme aumento na quantidade de textos antropológicos publicados nas duas décadas que se seguiram. Nesse breve período, a respeitabilidade acadêmica da antropologia permaneceu virtualmente intocada. Em 1961, um sociólogo proeminente podia escrever que “[...] a antropologia social é, entre outras coisas, um pequeno, porém próspero campo profissional. Assim como o Serviço Social e diferente da Sociologia, essa disciplina, detém prestígio” (Macrae, 1961, p. 36). Alguns anos depois, um cientista político contrastava a antropologia com a sociologia pendendo favoravelmente para a primeira, afirmando que, diferente da segunda e em sintonia com outras ciências sociais *bona fide*, a antropologia social “[...] construiu um corpo de conhecimento singular, que não se confunde com o de nenhuma outra disciplina” (Runciman, 1965, p. 47).

A antropologia funcional mal tinha assegurado essa invejável reputação acadêmica quando certas inquietações começaram a proliferar em seu interior. Em 1961, Leach (1961, p. 1) declarava que “[...] a doutrina funcionalista tornou-se incapaz de suscitar convicção”. Cinco anos depois, Worsley (1966) escreveu uma crítica incisiva sob o título de “O fim da antropologia?”. Em 1970 Needham (1970, p. 36-37) já argumentava que a antropologia social “[...] não tem um passado contínuo e unitário quando se trata de ideias [...] nem existe um corpo teórico coerente e rigoroso próprio à antropologia social”. Um ano depois, Ardener (1971, p. 449) observava que

[...] algo já aconteceu na antropologia britânica (e, por conseguinte, na antropologia internacional), no sentido de que textos que antes pareciam úteis não são mais; monografias que antes pareciam exaustivas, hoje parecem seletivas; interpretações que antes pareciam instigantes, agora parecem mecânicas e sem vida.

A plausibilidade da empreitada antropológica que parecia evidente para todos os praticantes há apenas uma década deixa de ser autoevidente. Uma pequena minoria, além dos nomes já mencionados, começaram a articular suas dúvidas em termos mais radicais<sup>1</sup>.

O que aconteceu com a antropologia britânica?

No plano organizacional, nada muito perturbador aconteceu. Pelo contrário, a Associação Britânica dos Antropólogos Sociais tem crescido como nunca. Ela organiza congressos anuais cujos anais são publicados em edições sofisticadas. Monografias, artigos e livros-texto escritos por antropólogos têm aparecido em números crescentes. Um prestigioso ciclo de palestras em antropologia social foi recentemente lançado sob os auspícios da British Academy. O tema é hoje ensinado em mais universidades e faculdades do que antes, e a classe profissional está negociando até mesmo a sua entrada no sistema de educação secundário. Quando vista sob a ótica de suas atividades públicas, não há crise na antropologia.

De maneira geral, as lideranças profissionais da antropologia britânica não têm se impressionado com os discursos alarmistas que apontam para a existência de uma crise na disciplina<sup>2</sup>. Quando pressionados, argumentam que, à medida que as velhas ideias da antropologia social vão se esgotando, é natural que se busque novas fontes de inspiração<sup>3</sup>. Preferem falar num aumento da especialização, e a veem como sinal da vitalidade da profissão<sup>4</sup>. De maneira mais afirmativa, defendem que os axiomas funcionalistas clássicos ainda são viáveis<sup>5</sup>.

Entretanto, não deveríamos ser tão facilmente persuadidos por essas declarações amenas. Afinal de contas, líderes estabelecidos tendem a conservar pelo menos o mito, quando não a realidade, de uma continuidade inabalada. Não há dúvida de que, pelo menos em um plano ideológico, algo de fato “já aconteceu com a antropologia

social britânica”, como defendeu Ardener, apesar desse evento ser mais bem definido como uma desintegração da Velha Antropologia, ao invés de uma cristalização da Nova.

Houve um tempo em que a antropologia podia se definir, e de fato se definia de forma inequívoca, como o estudo das sociedades primitivas. “O escopo de qualquer ciência”, escreveu Nadel pouco antes da Segunda Guerra,

[...] é obter e expandir o conhecimento. Na antropologia social, como ela é normalmente entendida, nós pretendemos estender nosso conhecimento do homem e da sociedade para as ‘comunidades primitivas’, ‘povos mais simples’, ou ‘sociedade pré-literatas’... Se um antropólogo perguntasse de forma cândida por que, já que estamos interessados em estudar a sociedade em seu sentido amplo, deveríamos nos voltar para as sociedades primitivas ao invés de para nossa própria civilização [...] a resposta seria simplesmente porque nossa própria sociedade não é a única, e seus fenômenos não são os mesmos encontrados, ou passíveis de serem encontrados, em sociedades primitivas. (Nadel, 1953, p. 2)

Argumentos como este não indicam uma preocupação muito sofisticada com a definição de uma problemática, mas refletem um elemento de verdade pragmática – e foi isso que tornou plausível a antropologia social. Quando Evans-Pritchard publicou sua famosa Introdução à Antropologia Social, em 1951, parecia ter clareza razoável sobre o que era a disciplina. “O antropólogo social”, explica,

[...] estuda sociedades primitivas diretamente, vivendo entre estas por meses e anos, enquanto a pesquisa sociológica é geralmente baseada em documentos e estatísticas. O antropólogo social estuda as sociedades como totalidades – ele estuda suas ecologias, economias, instituições políticas e jurídicas, suas famílias e organizações de parentesco, suas religiões, suas tecnologias, suas artes, etc., enquanto parte de sistemas sociais gerais. (Evans-Pritchard, 1951, p. 11).

As doutrinas e abordagens denominadas ‘funcionalistas’ deram à antropologia social, portanto, um estilo confiante e coerente.

Hoje, por contraste, mesmo essa coerência de estilo se esvai. O antropólogo agora é alguém que estuda sociedades tanto ‘simples’ quanto ‘complexas’; recorre à observação participante e a técnicas estatísticas, arquivos históricos e outras fontes literárias; se reconhece como tão intelectualmente próximo de economistas ou cientistas políticos, ou psicólogos, ou linguistas estruturais, ou etólogos quanto de outros antropólogos. Descrever esse cenário como reflexo da especialização acadêmica é certamente ceder à mistificação. As ‘disciplinas cognatas’ como a política, a economia etc. são muito anteriores à fase funcionalista clássica da antropologia. A questão que deve ser levantada é: porque elas foram descobertas tão recentemente pelos antropólogos? Por que, em 1940 antropólogos podiam escrever que “Nós entendemos que as teorias de filósofos políticos não são úteis para compreender as sociedades com que estamos lidando, e as consideramos ter pouco valor científico” (Fortes; Evans-Pritchard, 1940, p. 4) e, em 1966, afirmar que “[...] consideramos ser esse um tempo fértil para um diálogo entre a antropologia e outras disciplinas preocupadas com política comparativa” (Swartz; Turner; Tunden, 1968, p. 9). O que fertilizou esse tempo? Como essas diversas disciplinas (economia, política, jurisprudência, etc.), que refletem a autoimagem fragmentada que caracteriza a sociedade burguesa, com suas próprias contradições históricas, tornaram-se fontes de inspiração para a antropologia?

A resposta que eu gostaria de sugerir deve ser buscada no fato de que desde o fim da Segunda Guerra Mundial mudanças fundamentais aconteceram no mundo habitado pela antropologia social – mudanças que afetaram o objeto, o suporte ideológico e a base organizacional da própria antropologia social. Ao sublinhar essas mudanças, lembramos que a antropologia não apenas apreende o mundo em que ela está inserida, mas que o mundo também determina como a antropologia irá apreendê-lo.

A conquista da independência política pelas ex-colônias, principalmente as localizadas em África, a partir do fim dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960 acelerou a tendência, já aparente desde a guerra, a mudanças socioeconômicas que levaram à inserção desses países no desenvolvimento de redes nacionais de comunicação,

eletrificação e radiodifusão; a promoção da educação e de projetos de desenvolvimento rural; e a transferência do poder político dos líderes ‘tribais’ para a burguesia nacionalista. Notadamente, como reflexo das expectativas nacionalistas, acadêmicos começaram a escavar histórias locais<sup>6</sup>. Alguns escritores nacionalistas denunciaram as conexões da antropologia com o colonialismo. Logo, o sistema econômico-político mais amplo progressivamente invadiu e desestabilizou a perspectiva antropológica, assim como o fez a relevância do passado colonial e pré-colonial. Em outra escala, a crítica à tradição funcionalista na sociologia americana contribuiu indiretamente para a erosão da doutrina funcionalista na antropologia britânica<sup>7</sup>. Considerando que os funcionalistas nunca esclareceram adequadamente a distinção entre método totalizante (em que a formação das partes é explicada pela referência a uma dinâmica estrutural determinante) e holismo etnográfico (em que as diferentes ‘instituições’ de uma sociedade são descritas e articuladas umas com as outras)<sup>8</sup>; e como, de modo geral, eles confundiam determinação estrutural com simultaneidade, acontecimentos concretos no mundo externo pressionaram o funcionalismo até que ele se desintegrou em microsociologia. Assim, hoje, a maioria dos antropólogos escolheu reorientar seus trabalhos na direção de uma pluralidade de problemas fragmentados – políticos, econômicos, domésticos, rituais, etc. – em contextos de “pequena escala”, encontrando nesse estado de fragmentação o sentido de direção intelectual oferecido por ‘disciplinas cognatas’. Essas mudanças no objeto de estudos e nos suportes ideológicos da antropologia social poderiam elas mesmas ter levado à desintegração da disciplina. Mas o mesmo período pós-guerra testemunhou um crescimento significativo na base organizacional da antropologia social que acabou por salvá-la. Em 1946, a Associação de Antropologia Social da Commonwealth Britânica (ASA) foi fundada com menos de 20 membros; em 1962 sua membresia tinha aumentado para mais de 150, “ainda que a eleição como membro exigisse a ocupação de um cargo professoral ou de pesquisa na Commonwealth, além de um diploma de pós-graduação (geralmente doutorado) ou publicações substanciais” (Gluckman; Egan, 1965, p. xii)<sup>9</sup>. Uma vez que essa base entrou em operação

efetiva, a antropologia social enquanto prática institucionalizada pôde prescindir da especificidade doutrinal que ela antes insistia ter. A distinção profissional podia agora ser mantida através de uma rede estruturada de interesses adquiridos – a ASA sendo a sua agência coordenadora – e não mais de doutrinas ou métodos particulares. A antropologia tornou-se uma verdadeira profissão.

Ironicamente, as mesmas forças que contribuíram para a dissolução ideológica da antropologia funcional clássica contribuíram para o fortalecimento das suas bases organizacionais. Assim, Fortes (1949, p. xiii) notou que durante a Segunda Guerra, “necessidades econômicas, políticas e especialmente militares geraram um novo e vigoroso interesse público nas dependências africanas e asiáticas do Reino Unido e de seus aliados. Os planos do pós-guerra relativos ao desenvolvimento social e econômico nessas áreas incluíam grandes projetos de pesquisa nas ciências naturais e sociais. O boom de estudos antropológicos então prefigurado começou após a aposentadoria de Radcliffe-Brown em Oxford [em 1946]”. A ASA de fato foi fundada no mesmo ano da aposentaria de Radcliffe-Brown por acadêmicos que pertenciam ao já bem-estabelecido, mas bem menos exclusivo, Royal Anthropological Institute. Uma organização exclusivamente ‘profissional’ estava claramente em melhor posição para explorar as novas possibilidades de financiamento à pesquisa oferecidas pelos novos padrões de poder que caracterizavam o mundo pós-guerra.

São fatos indiscutíveis que a antropologia emergiu como disciplina distinta no início da era colonial, que ela se tornou uma pujante profissão acadêmica no fim desse ciclo, e, que ao longo desse período seus esforços se orientaram para descrições e análises – produzidas por europeus para audiências europeias – de sociedades não europeias dominadas pelo poder europeu. Mesmo assim, há uma estranha relutância por parte da maioria dos antropólogos profissionais em levar em consideração as estruturas de poder nas quais sua disciplina tomou forma. Essa atitude típica é representada pela introdução de Victor Turner (1971) ao terceiro volume de *Colonialism in Africa 1870-1960*, onde o problema da relação entre a antropologia e o colonialismo é trivializado e rejeitado no espaço de dois parágrafos:



Os oficiais do *ancient* régime costumavam argumentar que os antropólogos, por estarem imersos nas especificidades da vida africana, tendiam a aceitar a perspectiva estrutural de seus informantes, tornar-se seus representantes, e, por palavras e atos, impedir os esforços dos administradores de distrito e província de governar eficientemente. Alguns eram acusados por colonos brancos e funcionários públicos europeus de serem “vermelhos”, “socialistas” e “anarquistas”. É agora argumento comum entre líderes e administradores africanos que os antropólogos antes da independência eram ‘apologistas do colonialismo’ e agentes sutis da supremacia colonial, que estudavam costumes africanos simplesmente para oferecer à minoria branca dominante informações danosas aos interesses nativos, antes desconhecidas dos brancos. Assim, o ‘socialista’ de ontem tornou-se o ‘reacionário’ de hoje. Sir Alan Burns (1957) e Frantz Fanon (1961) são aliados improváveis.

A verdade é que, em sua vida pessoal, os antropólogos, assim como quaisquer pessoas, adotam uma ampla gama de visões políticas. Alguns são conhecidos ‘conservadores’, outros se posicionam bem à ‘esquerda’. Mas como profissionais, antropólogos são treinados, ao longo de um processo tão longo quanto o dos médicos, para coletar certos tipos de informação como ‘observadores participantes’. Esse treinamento os autoriza, independentemente de suas visões pessoais, a apresentar tão objetivamente quanto o nível de desenvolvimento de sua disciplina os permite, uma representação objetiva do sistema sociocultural (e todo tipo de processo que o acompanham) que elegeram para acompanhar durante anos de estudo. Seu dever final é publicar seus achados e expô-los, acompanhados de uma descrição exata dos meios pelos quais esse dados foram obtidos, para o público internacional formado por seus pares e, além disso, para o ‘mundo do aprendizado’ de maneira geral. Eventualmente, notícias sobre os seus trabalhos e análises – por meio de seus próprios trabalhos de divulgação, de citações, de reportagens (frequentemente abreviadas) ou de intérpretes não antropólogos – chegam ao público literato mais amplo. Esse processo filtra seus trabalhos e elimina muito do que é considerado parcial ou ‘pesado’. Não devemos perder tempo com apelos especiais ou argumentos tendenciosos: há padrões profissionais a partir dos quais esses trabalhos devem ser avaliados, e,

por fim, há o senso comum do homem comum. (Turner 1971, p. 1-2)

Mas falar de ‘padrões profissionais’ e da autoridade própria do ‘senso comum’ é não menos inocente do que comentários reducionistas sobre a antropologia como serva do colonialismo. Não há, hoje, padrões claramente distintos na antropologia, apenas uma bem-sucedida organização profissional. E o senso comum do homem Ocidental comum, ele mesmo um ser alienado e explorado, é um candidato pouco confiável para ser o filtro crítico do conhecimento antropológico. Mesmo assim, o confiante comentário de Turner é ele mesmo indicativo do tipo de senso comum que o antropólogo típico ainda compartilha, e sabe que compartilha, com aqueles a quem ele endereça.

Temos sido reiteradamente lembrados por antropólogos sobre as ideias e ideais do Iluminismo em que a antropologia supostamente se assenta<sup>10</sup>. Mas a antropologia se assenta, igualmente, em um encontro desigual de poderes entre o Ocidente e o Terceiro Mundo que data da emergência da Europa burguesa – um encontro de que o colonialismo é apenas um momento histórico específico<sup>11</sup>. É esse encontro que dá ao Ocidente acesso a informações culturais e históricas sobre as sociedades que ele progressivamente dominou, e logo não apenas gerou um tipo de compreensão universal, mas também reforçou as desigualdades de capacidade entre a Europa e os mundos não europeus (e por conseguinte entre as elites europeizadas e as massas ‘tradicionais’ do Terceiro Mundo). Estamos hoje nos tornando mais conscientes do fato de que a informação e a compreensão produzidas por disciplinas burguesas como a antropologia são, em larga medida, adquiridas e utilizadas por aqueles com maior capacidade de exploração. Isso se dá, em parte, por causa da estrutura da pesquisa, mas especialmente pelo modo com que essas disciplinas objetificam seu conhecimento. É porque os poderosos que financiam a pesquisa esperam algum tipo de compreensão que em última instância confirmem seu lugar no mundo que a antropologia muito dificilmente tem sido capaz de produzir formas radicalmente subversivas de conhecimento. É porque a compreensão antropológica é objetificada de forma amplamente dominante por meio das línguas

européias que ela tem se acomodado ao modo de vida, e, portanto, à racionalidade, da estrutura de poder que o Ocidente representa.

Devemos assumir que a realidade fundamental que fez da antropologia do pré-guerra um projeto apto e efetivo foi a relação de poder entre culturas dominante (europeia) e dominada (não europeia). A partir daí, precisamos nos perguntar como essa relação tem afetado as pré-condições práticas da antropologia: os usos a que esse conhecimento se destina; o tratamento teórico de determinados tópicos; o modo de perceber e objetificar outras sociedades; a reivindicação antropológica de neutralidade política.

A estrutura de poder colonial tornou acessível e seguro o objeto de estudo antropológico. Por causa dela, a proximidade física sustentada entre o europeu observador e o não europeu vivo tornou-se uma possibilidade prática. Ela tornou possível o tipo de intimidade em que se baseia o trabalho de campo antropológico, mas assegurou que essa intimidade fosse unilateral e provisória. É digno de nota que nenhum antropólogo tenha sido absorvido pela cultura subordinada que estudou, enquanto incontáveis não europeus, tendo vindo ao Ocidente para estudar a sua cultura, foram atraídos por seus valores e premissas, e também contribuíram para sua compreensão.

A razão dessa assimetria é a dialética do poder mundial. Antropólogos podem dizer que contribuíram para a herança cultural das sociedades que estudaram através de um registro empático de formas de vida locais que, de outro modo, teriam se perdido para a posteridade. Mas eles também contribuíram, algumas vezes indiretamente, para a estrutura de poder representada pelo sistema colonial. Que essas contribuições não foram, em última instância, cruciais para o vasto império que recebia e financiava esse conhecimento não significa que essas estruturas não tenham sido fundamentais para a pequena disciplina que oferecia conhecimento e recebia recursos. Pois essa estrutura de poder certamente influenciou as escolhas teóricas e o tratamento daquilo que a antropologia social objetificou – em alguns aspectos mais do que em outros. (Em todo caso, devemos evitar a tendência dos críticos e dos defensores da antropologia social de argumentar que as doutrinas e análises rotuladas de ‘funcionalistas’

eram parte de uma estrutura lógica altamente coerente). Suas análises - sobre sistemas políticos holísticos de forma enfática, e sobre sistemas cosmológicos de forma menos enfática – foram afetadas por uma prontidão para se adaptar à ideologia colonial. De forma alguma o fluxo do conhecimento antropológico constituiu um desafio para o mundo desigual representado pelo sistema colonial. Tampouco o sistema colonial, dentro do qual esses objetos de estudo se localizavam, foi analisado pelo antropólogo social. Argumentar que a competência antropológica não os qualificava para uma análise produtiva de tal sistema é confessar que essa expertise é fundamentalmente mal formada. Pois qualquer objeto que seja subordinado e manipulado é em parte produto de uma relação de poder, e ignorar esse fato é se mostrar inapto à compreensão da natureza deste objeto.

Claramente, a reivindicação de neutralidade política por parte dos antropólogos não pode ser separada de tudo que foi dito acima. Portanto, a definição cientificista da antropologia enquanto um estudo desinteressado (objetivo, sem juízos de valor) de ‘outras culturas’ ajudou a distinguir o projeto antropológico dos europeus colonizadores (o empresário, o missionário, o administrador e outros homens preocupados com assuntos ‘práticos’). Mas será que essa reivindicação de neutralidade tornava o antropólogo imune a vislumbrar e defender futuros políticos radicalmente outros para os povos subordinados que estudava? Ela não teria servido *em efeito* para fundir esse projeto acadêmico com o status-quo europeu? Se o antropólogo eventualmente corroborou ou se contrapôs a mudanças sociais particulares afetando ‘seu povo’, será que ele, em seu comprometimento *ad hoc*, fez mais ou menos do que qualquer europeu que aceitava o colonialismo enquanto sistema? E, se às vezes, ele foi acusado de ‘vermelho’, ‘socialista’ ou ‘anarquista’ por administradores ou colonos, isso não apenas revela uma das facetas do caráter histericamente intolerante do colonialismo enquanto sistema, com o qual o antropólogo mesmo assim optou por conviver *profissionalmente*?

Acredito que seja um erro ver a antropologia social produzida durante a era colonial primariamente como um suporte para a administração colonial, ou como um simples reflexo da ideologia

colonial. Não digo isso porque concorde com a visão de si confortável do *establishment* antropológico, mas porque a consciência burguesa, da qual a antropologia é apenas um fragmento, sempre conteve dentro de si profundas contradições e ambiguidades – e logo também a possibilidade de transcender a si mesma. Para que essas contradições sejam corretamente apreendidas é essencial que nos voltemos para a relação entre o Ocidente e o Terceiro Mundo, e examinarmos o modo com que ela está dialeticamente ligada às condições práticas, às suposições analíticas e aos produtos de todas as disciplinas que representam o entendimento europeu da humanidade não europeia.

Os capítulos que seguem analisam e documentam as formas através das quais a antropologia britânica foi afetada pelo colonialismo britânico, mas abordam esse tema a partir de diferentes pontos de vista e escalas. Todos os autores, com a exceção de Roger Owens, estiveram presentes no seminário organizado em Hull em setembro de 1972. Apesar de todos terem tido a oportunidade de revisar seus textos à luz das discussões que aconteceram no Seminário, não houve nenhuma tentativa editorial de impor unidade a seus trabalhos, ou de assegurar que, em conjunto, eles representem uma cobertura exaustiva do problema. Cada capítulo permanece como uma contribuição individual para um argumento que está apenas começando, e que hoje atrai o interesse de um número ainda pequeno de antropólogos. (Deve-se notar que, um quarto de século após a sua fundação, a ASA ainda não tomou o colonialismo como tópico merecedor de uma conferência).

[...]

Março de 1973.

## Notas

<sup>1</sup> *As mais interessantes desta críticas incluem Banaji (1970), Copans (1971) e Leclerc (1972).*

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, a introdução de Lewis (1968).

<sup>3</sup> É essa a linha de raciocínio adotada por Firth (1972) para explicar e endossar o interesse antropológico recente por Marx em sua recente palestra “The Sceptical Anthropologist? *Social Anthropology and Marxist Views on Society*”.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, a obra organizada pelo Social Science Research Council, *Research in Social Anthropology*, London, 1968.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, a Introdução de Max Gluckman e Fred Eggan para os primeiros quarto volumes da Série de Monografias da ASA.

- <sup>6</sup> Desafiando parcialmente o dogma da antropologia funcional de que apenas registros escritos proveriam uma base confiável para a reconstrução da história. Cf. J. Vansina (1965), publicada originalmente em francês em 1961. A tendência geral da antropologia funcional foi assimilar as histórias locais enquanto pela categoria de mito – i.e. vê-la em termos de instrumentalidade ao invés de verdade no sentido clássico não pragmático.
- <sup>7</sup> Sociólogos de ponta na América – como Parsons, Merton, Homans – tinham assumido um interesse ativo e simpático com relação à antropologia social britânica e seus escritos logo se tornaram uma fonte de inspiração e suporte para os antropólogos funcionais. O ataque ao estrutural-funcionalismo americano por autores como R. Dahrendorf e C. Wright Mills veio, portanto, a afetar a autoconfiança doutrinal da antropologia social britânica.
- <sup>8</sup> O fato de que essa distinção permanece obscura para muitos antropólogos até hoje pode ser notada pelos comentários excessivamente confiantes de Lévi-Strauss (1966, p. 250) em sua polêmica com Sartre: “É provável que o requerimento de ‘totalização’ seja uma grande novidade para alguns historiadores, sociólogos e psicólogos. Mas ele tem sido axiomático para os antropólogos desde que foi introduzido por Malinowski”. O que antropólogos aprenderam de Malinowski foi o holismo etnográfico, não o método de totalização.
- <sup>9</sup> Em 1968 a associação contava com cerca de 240 membros (Social Science Research Council, *Research in Social Anthropology*, 1968, p. 79).
- <sup>10</sup> Ver, por exemplo, E. E. Evans-Pritchard, *op. cit.*, M. Harris (1969), R. Firth, *op. cit.*
- <sup>11</sup> Lévi-Strauss (1967, p. 51-2) foi um dos primeiros antropólogos a notarem esse fato importante, apesar de ter feito pouco além de notá-lo.

## Referências

- ARDENER, Edwin. The New Anthropology and its Critics. **Man**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 449-467, 1971.
- BANAJI, Jairus. Crisis in British Anthropology. **New Left Review**, [S.l.], v. 64, p. 71-75, 1970.
- COPANS, Jean. Pour une Histoire et une Sociologie des *Études Africaines*. **Cahiers des Études Africaines**, [S.l.], v. 11, n. 43, p. 422-47, 1971.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Social Anthropology**. London: Cohen and West, 1951.
- FIRTH, Raymond. **The Sceptical Anthropologist?** Social Anthropology and Marxist Views on Society. Radcliffe-Brown Lecture 1. London: Oxford University Press, 1972.
- FORTES, Meyer (Ed.). **Social Structure**. Oxford: Clarendon Press, 1949.
- FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E. (Ed.). **African Political Systems**. London: Oxford University Press, 1940.

GLUCKMAN, Max; FRED Eggan. Introduction. *In*: GLUCKMAN, Max; FRED Eggan. **The relevance of models for social anthropology**. Association of Social Anthropologists of the British Commonwealth Monograph, 1965.

HARRIS, Marvin. **The Rise of Anthropological Theory**. London: Routledge and Kegan Paul, 1969.

LEACH, Edmund R. **Rethinking Anthropology**. London: Athlone Press, 1961.

LECLERC, Gérard. **Anthropologie et Colonialisme**. Paris: Fayard, 1972.

LEVI-STRAUSS, Claude. **The Savage Mind**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1966.

\_\_\_\_\_. **The Scope of Anthropology**. London: J. Cape, 1967.

LEWIS, I. M. (Ed.). **History and Social Anthropology**. London: Tavistock, 1968.

MACRAE, Donald G. **Ideology and Society**. London: Heinemann, 1961.

NADEL, Siegfried F. **The foundations of Social Anthropology**. London: Cohen and West, 1953

NEEDHAM, Rodney. The Future of Social Anthropology: Disintegration or Metamorphosis?. *In*: NEEDHAM, Rodney. **Anniversary Contributions to Anthropology: Twelve Essays**. Leiden: Leiden Ethnological Society, 1970. p. 34-47.

RUNCIMAN, W. G. "Sociologese". **Encounter**, [S.l.], v. 25, n. 6, 1965.

SOCIAL SCIENCE RESEARCH COUNCIL. **Research in Social Anthropology**. London: Heinemann Educational, 1968.

SWARTZ, Marc; TURNER, Victor; TUDEN, Arthur (Ed.). **Political Anthropology**. Chicago: Aldine, 1968.

TURNER, Victor. Introduction. *In*: TURNER, Victor (Ed.). **Colonialism in Africa 1870-1960. Volume 3, Profiles of Change. African Society and Colonial Rule**. London: Cambridge University Press, 1971.

VANSINA, Jan. **Oral tradition; a Study in Historical Methodology**. London: Routledge and Kegan Paul, 1965.

WORSLEY, Peter. **The End of Anthropology?** Paper prepared for the Sociology and Social Anthropology Working Group, Sixth World Congress of Sociology, 1966.

Recebido em 10/10/2017

Aceito em 21/10/2017